

ESSA GENTE? REFLEXÕES DISCURSIVAS EM TORNO DO ROMANCE DE CHICO BUARQUE

Vitor Siqueira Macieira¹

Nesses últimos anos, foi possível acompanhar o crescimento contínuo e sistemático de medidas de repreensão ao pensamento progressista, de desmonte da presença pública em prol de um discurso liberal a serviço dos interesses dominantes e de apoio ao extremismo, especialmente aquele associado ao combate aos direitos das minorias sociais. Não à toa, a arte foi alvo de críticas quanto ao seu papel por vezes libertador e instigante do pensamento engajado.

Distintas materializações artísticas surgiram na expectativa de dizer tal desconforto, evidenciando a cisão ética do momento histórico vigente, que tem na operação Lava Jato e na prisão política do então ex-presidente Lula os emblemas de uma suposta onda de moralidade que tomou as ruas e o debate público, enquanto promovia, de fato, o desmonte dos serviços públicos liderados por uma política fiscalista neoliberal e pela pauta moralista e de costumes, conforme salienta Bastos (2017).

Neste trabalho, retomamos a obra *Essa gente* (2019), de Chico Buarque, dado o modo como encena e atualiza o Brasil que passa a encarar como normalidade todo tipo de desvio ético, alavancado por discursos alinhados a um pensamento repressivo. Objetiva-se refletir sobre o uso do pronome demonstrativo *essa* e o substantivo *gente*, que dão nome ao romance. Para nós, a junção entre as duas palavras gera um efeito de sentido de familiaridade, como se já soubéssemos a quem se refere. Nesse ponto, a trama parece enlaçar, antes de adentrarmos os complexos meandros narrativos, a história a uma gente nacional – indefinida, de primeiro, mas já-ali. O discurso, portanto, possibilitaria evocar determinados efeitos de sentido, os quais, segundo a nossa aposta, falariam das condições de produção nas quais está inserida a narrativa buarqueana cotidiana.

Propõe-se a leitura sob a perspectiva da Análise de Discurso, a qual se valerá das posições epistemológicas da teoria discursiva de Michel Pêcheux. Partiremos de recortes selecionados do livro, os quais serão analisados à luz de determinadas categorias discursivas, a saber: formação discursiva (FD) (Haroche; Henry; Pêcheux, 2007), formação ideológica (FI), pré-construído e efeito de evidência (Pêcheux, 2014).

Não estamos, com isso, afirmando ser capaz de compreender discursivamente a obra tão somente pelo título, e sim questioná-lo, observá-lo, por intermédio de determinadas condições de produção, através da/na materialidade o efeito de sentido por ele gerado. Por isso fomos à narrativa, com o intuito de encontrar reverberações da expressão. Surpreendemo-nos pelo fato de, além da capa, ela ter sido usada uma única vez:

¹Professor (SEDU/ES). Mestrando em Estudos Linguísticos (PPGEL/UFES). E-mail: vitorsmacieira@gmail.com.

25 de janeiro de 2019

Visto aqui do alto, o bairro não difere muito de uma favela. A barafunda de edifícios sem telhas lembra um amontoado de caixas de sapato destampadas, numa sapataria revirada em dia de liquidação. Nos seus recintos, porém, durante anos cheguei a ser feliz, casei, tive amantes, comi, bebi, joguei pôquer com amigos, frequentei escritórios, consultórios, papelarias, cabeleireiros, sapatarias e tal. Ultimamente não mais, é como se eu viesse de uma temporada fora, e na minha ausência o restaurante tivesse virado uma farmácia, a farmácia um banco, o banco uma lanchonete, e a população tivesse sido substituída por outra, que me torce o nariz como a um imigrante, um pobretão. Mal sabe **essa gente** que nos últimos anos morei na avenida mais nobre do bairro com a bela Rosane (Buarque, 2019, p. 20, destaque nosso).

Diante de tal retrato do Leblon, de onde o sujeito-protagonista Duarte fala, mobilizamos um pré-construído interligado a uma formação ideológica reacionária (FIR). Favela se materializa dentro da formação discursiva reacionária (FDR) como efeito de marginalização, de degradação. Por outro lado, Leblon, típico bairro nobre do Rio de Janeiro, nessa mesma formação, supostamente evocaria um efeito de organização, requinte e status; no dizer do personagem, porém, não seria necessariamente isso. Esse entrelugar determina o lugar onde Duarte diz ter sido feliz: “casei, tive amantes, comi, bebi, joguei pôquer com amigos, frequentei escritórios, consultórios, papelarias, cabeleireiros, sapatarias e tal”. Isso é contrastado à medida que passa a se sentir diferente, como se tivesse ficado “uma temporada fora”, tal qual se “a população tivesse sido substituída por outra, que me torce o nariz como a um imigrante, um pobretão”.

Considerando as condições de produção do diário, chama-nos atenção a data: 25 de janeiro de 2019. Por que há a mudança de sensação de Duarte? O que mudou? Quem é essa gente que “torce o nariz”? É início da obra, ainda não temos as respostas, mas somos convidados a pensar o meio no qual ele se encontra. Um dia antes, no registro de 24 de janeiro de 2019, lemos:

Ao síndico do Edifício Saint Eugene Sou a dra. Marilu Zabala, moradora do 201, e estou segura de falar pela grande maioria dos condôminos do Saint Eugene. O novo inquilino do 702 — dizem que é um escritor, mas nunca ouvi falar dele — não tem evidentemente a obrigação de cumprimentar seus vizinhos, nem mesmo de limpar a sola dos sapatos quando chega da rua enlameada. Não posso exigir civilidade de sua parte, nem jamais o repreendi por utilizar o elevador social de shorts e às vezes suado e sem camisa, o que aliás é vedado pelo nosso regimento interno. Presto esta queixa, contudo, em nome da segurança e da tranquilidade minhas e dos demais moradores. Além de esse cidadão fazer subir comidas e bebidas a altas horas da noite, tenho ouvido relatos de um intenso movimento de mulheres no seu apartamento. Já duas ou três vezes, da minha janela, tive eu mesma o desprazer de ver certas **prostitutas —perdão, a palavra é esta, pois nem sequer poderiam ser classificadas como garotas de programa, escorts ou demais eufemismos** — prostitutas saltando de um Uber para subir ao sétimo andar. São mesmo profissionais do mais baixo estrato, e não o digo por suas fisionomias, pois **sou juíza federal e não tenho preconceito de cor**, mas pela manifesta falta de compostura com que se vestem e falam palavrões aos berros ao celular. **Não duvido que em breve tenhamos orgias no 702, entrando pela madrugada, assustando as crianças, perturbando nosso sono e ecoando na rua, com óbvios prejuízos à reputação do Edifício Saint Eugene.** No aguardo de providências, Marilu (201) (Buarque, 2019, p. 18-19, destaques nossos).

Nessa formulação, é preciso questionar o que têm a ver essas duas ideias: (1) ser juíza federal e (2) não ter preconceito de cor? Por acaso, ser juiz federal torna a pessoa imune a preconceitos? O sujeito da

enunciação faz uma imagem de si tão positiva que nem sequer cogita a possibilidade de ser preconceituosa? Afirmar que não tem preconceito de cor significa que pode ter outro(s) tipo(s) de preconceito (de classe, por exemplo)?

Nos termos da AD, o sujeito enunciador mobiliza um pré-construído acerca do que viria a ser um(a) juiz(a) federal, isto é, supostamente “neutro” a um discurso preconceituoso de cor. Isso, contudo, permitiria-lhe outras manifestações não menos injuriosas, vide o excerto “[...] prostitutas —perdão, a palavra é esta, pois nem sequer poderiam ser classificadas como garotas de programa, escorts ou demais eufemismos —” que desempenha, para nós, concordando com Authier-Revuz (2013), um “modo complexo de dizer, desdobrado por uma autorrepresentação opacificante” (p. 7). Entendemos aí um efeito de conotação autonímica. Nesse sentido, o dizer “se representa como sendo evidente ‘por si mesmo’” (Authier-Revuz, 2013, p. 9).

O deslizamento presente em “garotas de programa, escorts ou demais eufemismos” atua de forma a indicar a interpelação ideológica da enunciadora que, por inserir-se no lugar de “juíza federal”, supostamente deveria mascarar, através de eufemismos, os marcadores discursivos de sua FDR?

Marilu recusa os eufemismos (“garotas de programa”, “escorts”), afastando-os. Há nessas “prostitutas” algo que incomoda não só Marilu como também à classe por ela representada. Travestida de guardiã dos bons-costumes e de uma suposta moral, o efeito de sentido desliza para “orgia”, tão inoportunas e dissonantes ao “Edifício Saint Eugene”.

O sujeito enunciador Marilu se torna, para nós, exemplo de como a FIR se articulou e ainda o faz no decorrer do processo de assujeitamento ideológico dos indivíduos. Apresentar-se como doutora, numa simples carta de condomínio, diz desse Brasil em que título e carteirada estão à espreita da próxima tentativa de encafuar o preconceito de classe.

Marilu, preocupada com as profissionais de “baixo estrato”, ratifica a todo momento o próprio discurso preconceituoso, por não condizer com a reputação “do nosso Saint Eugene”, o qual possui moradores, afora bem-nascidos, aversos à “[...] manifesta falta de compostura com que se vestem [as prostitutas] e falam palavrões aos berros ao celular”, o que representa essas mulheres. Denega-se essa estratégia ao afirmar dizer tais truculências “[...] não [pelos] suas fisionomias” e sim pela moral, pelos bons costumes, ou, no limite, pela aparência de. Sobre isso, é válido retomarmos Indursky quando afirma ser a denegação uma categoria relacionada

[...] com a interioridade da FD e com o modo como o sujeito com ela se relaciona [...]. Ao incidir sobre um elemento de saber que pode ser dito pelo sujeito do discurso mas que, mesmo assim, por ele é negado, tal elemento permanece recalcado na FD, manifestando-se em seu discurso apenas através da modalidade negativa (Indursky, 2012, p. 120).

Não obstante tenha negado sua intolerância, a hostilidade presente na materialidade discursiva lembra, pelo funcionamento da denegação, tal como um fantasma, estar ali; Marilu afirma antes de tudo a aversão com a qual vê a sociedade para além dos muros aburguesados do edifício Saint Eugene.

Eis um retrato do cidadão brasileiro de classe média-alta. Um efeito de respeito à diferença é construído. Um efeito, apenas. Afinal, “respeita-se” muito embora sejam “profissionais do mais baixo estrato, e não o digo por suas fisionomias”. Na oração aditiva e *não o digo por suas fisionomias*, encontramos discursivamente a emergência da FDR. É ali que emerge o sujeito sempre-já interpelado, assujeitado pela ideologia reacionária que garante a essa enunciação uma presumida ideia de universalidade; enquanto, na verdade, a partir da opacidade da linguagem, materializa-se o processo ideológico adjunto a esse discurso.

É no não-dito que reside, nos termos pecheutianos, o plano mais significativo do dizer. A equivocidade da linguagem revela o modo como a ideologia assujeita o indivíduo em sujeito, transparecendo o que seria um *efeito de evidência*. A juíza acaba dizendo ainda mais do próprio reacionarismo, porque movimenta as representações simbólicas e materiais do processo discursivo atrelado à FDR e, conseqüentemente, à FIR – numa analogia ao que dizem Pêcheux *et al.* (2014, p. 160, destaque dos autores)

[...] sob a *evidência* de que ‘eu sou realmente eu’ (com meu nome, minha família, meus amigos, minhas lembranças, minhas ‘ideias’, minhas intenções e meus compromisso), há o processo da interpelação-identificação que *produz* o sujeito [...] ‘aquele que...’, isto é, X, o indicam que *se achará aí*; e isso sob diversas formas, impostas pelas ‘relações sociais jurídico-ideológicas’.

Observando as FIs possíveis em que se insere Duarte e Marilu, sugerimos a interpretação direcionada especialmente à classe média-alta, com seus tensionamentos e rompimentos. Isso se dá, ao que nos parece, pelo cenário – Leblon –; lugar de enunciação (Zoppi-Fontana, 2018, 2019) que é construído na obra – receptor de críticas de tal classe, por parte de sua filiação político-ideológica; e o momento histórico: primeiro ano do mandato de Jair Bolsonaro, notadamente averso àquilo que parece representar Duarte, o qual se sente “[...] como se [...] viesse de uma temporada fora”.

REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, J. Algumas considerações sobre modalização autonímica e discurso outro. **Letras de Hoje**, [S. l.], v. 34, n. 2, 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/14934>. Acesso em: 11 out. 2023.
- BASTOS, P. P. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, n. 2, 2017.
- BUARQUE, C. **Essa gente**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- HAROCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. L. (org.). **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João, 2007. p. 13-32.
- INDURSKY, F. Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 19, p. 117-122, 2012. DOI: 10.20396/cel.v19i0.8636829. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636829>. Acesso em: 13 out. 2023.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.



SOUZA, C. A. de. Antipetismo e ciclos de protestos no Brasil: uma análise das manifestações ocorridas em 2015. **Em Debate**: Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política, Belo Horizonte, ano 8, n. 3, p. 35-51, maio 2016.

ZOPPI-FONTANA, M. “Lugar de fala”: enunciação, subjetivação, resistência. **Revista Conexão Letras**, [S. l.], v. 12, n. 18, 2018. DOI: 10.22456/2594-8962.79457. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/79457>. Acesso em: 20 jul. 2023.

ZOPPI-FONTANA, M. Lugares de enunciação e discurso. **Leitura**, [S. l.], v. 1, n. 23, p. 15-24, 2019. DOI: 10.28998/2317-9945.1999.23.15-24. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/7592>. Acesso em: 14 out. 2023.